

TSE quer acelerar as mudanças políticas

A conversa ontem com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, encerrou a peregrinação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, para antecipar a reforma eleitoral e partidária. O Governo estava disposto a examinar o assunto somente no segundo semestre, depois de aprovadas as propostas modificando temas considerados urgentes, como os sistemas tributário e o previdenciário. O ministro Velloso acredita, porém, que conseguiu convencer seus interlocutores sobre a conveniência de analisar paralelamente pontos que considera importantes para as instituições do País.

“É impossível ter um bom modelo econômico, sem instituições políticas fortes e eficazes”, defendeu o ministro. “O aperfeiçoamento tem que ser conjunto”. Velloso já obteve apoio à sua iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso e dos presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O ministro acredita que a Lei Orgânica dos Partidos (LOP) e a Lei Eleitoral podem ser aperfeiçoadas, com alterações no sistema de votação proporcional, o fortalecimento da fidelidade partidária, a informatização das eleições e a adoção de critérios mais definidos no financiamento das campanhas políticas.

Comissão — “O resultado final, naturalmente, vai depender do Congresso”, ressaltou. O primeiro

passo será dado dia 6, num encontro no TSE com o ministro Jobim. Eles vão acertar os nomes de uma comissão de cientistas políticos que vai apresentar as primeiras propostas para mudar a lei.

O presidente da Câmara também anunciou na semana passada que será criada nos próximos dias uma comissão especial com prazo de 30 dias para apresentar os projetos da nova Lei Eleitoral, nova Lei Orgânica dos Partidos e um conjunto de emendas à Constituição, inclusive reduzindo o poder do presidente da República de legislar por medidas provisórias.

Reforma — O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Velloso, disse ontem, após o encontro com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, ser favorável às propostas de reforma do Judiciário que estão sendo elaboradas pelo Governo.

O Governo quer propor nas reformas constitucionais mecanismos para agilizar o trabalho e, principalmente, unificar as decisões do Poder Judiciário.

A idéia mais importante é a de garantir que as decisões sobre questões polêmicas tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e tribunais superiores sejam seguidas pelas instâncias inferiores: é o chamado efeito vinculante. Com isso, o Governo quer evitar eventuais batalhas judiciais envolvendo as mudanças nos sistemas tributário e previdenciário.